

MUDANÇA POLÊMICA

Projeto que reduz RPVs é aprovado

Votação havia sido adiada por divergências na base do governo

JULIANA BUBLITZ

Depois de cinco adiamentos consecutivos, foi aprovado ontem o projeto de lei que reduz os gastos do governo gaúcho com as Requisições de Pequeno Valor (RPVs) – como são chamadas as dívidas de menor peso que o Estado tem com pessoas e empresas.

Foram 24 votos contrários e 24 favoráveis, e o presidente da Casa, Edson Brum (PMDB), desempatou a favor do governo. O resultado é alvo de críticas por parte de entidades como o Cpers-Sindicato e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RS), que anunciou que vai questionar a constitucionalidade da medida no Supremo Tribunal Federal.

Apresentada em regime de urgência, a proposta chegou a plenário em 6 de outubro. Desde então, por divergências na própria base, a votação vinha sendo protelada. Em 3 de novembro, aliados e opositores não registraram presença para forçar o recuo.

Desde então, a cúpula do Piratini deflagrou ofensiva para convencer os parlamentares sobre a importância de mexer nas RPVs.

Com a aprovação, o teto foi reduzido de 40 salários mínimos (R\$ 31,5 mil) para 10 (R\$ 7,8 mil). O que exceder esse limite se tornará precatório, que tem ritmo de pagamento mais moroso e sem possibilidade de sequestro nas contas do Estado pela Justiça.

Na prática, isso significa que a fila de precatórios vai aumentar, prejudicando credores. Por outro lado, segundo a Secretaria da Fazenda, trará economia aos cofres públicos.



ADRIANA FRANCIOSI

SOB PROTESTOS

OAB já disse que vai questionar a constitucionalidade da lei no STF

ENTENDA O CASO

O QUE SÃO AS RPVs

■ Requisições de Pequeno Valor (RPVs) são dívidas do Estado decorrentes de processos judiciais. Até agora, eram limitadas a no máximo 40 salários mínimos (R\$ 31,5 mil). O novo limite será de 10 salários (R\$ 7,8 mil). Acima disso, os créditos ganham o nome de precatórios

■ Ao todo, 99% das RPVs envolvem servidores públicos estaduais ativos, inativos e pensionistas e são de caráter salarial. Mais de 70% delas relacionam-se às Leis Britto (reajustes que não foram cumpridos)

COMO É O PAGAMENTO

■ Desde 2011, por exigência

legal, o governo do Estado destina 1,5% da receita corrente líquida para o pagamento de RPVs. Em 2014, isso correspondeu a R\$ 415,7 milhões

■ Por lei, as RPVs de até sete salários mínimos (R\$ 5,5 mil) precisam ser quitadas em 30 dias, o que está sendo cumprido

■ Acima desse valor, devem ser honradas no prazo de até 180 dias, mas, por falta de recursos, os repasses vêm sendo atrasados.

■ Para forçar o pagamento, juízes passaram a determinar o sequestro do dinheiro diretamente das contas do Estado

■ Com isso, o volume dispendido superou 1,5% da receita, chegando a R\$ 845,7 milhões em 2014

ROMPIMENTO DE BARRAGENS

Confirmada sexta morte em tragédia em Mariana

Subiu para seis o número de mortos após o rompimento de duas barragens de rejeitos na região de Mariana (MG), na última quinta-feira, segundo boletim divulgado no início da noite de ontem pelos bombeiros. Quatro corpos foram reconhecidos e dois aguardam confirmação.

A corporação informou que resgatou nesta tarde um corpo próximo à barragem de Fundão, no distrito de Bento Rodrigues, uma das que se romperam. Outro aguarda identificação no Instituto Médico Legal (IML).

Ontem foi identificado o corpo de Emanuele Vitória Fernan-

des, de cinco anos. Ela morava em Bento Rodrigues e estava desaparecida. De acordo com os bombeiros, 21 pessoas estão desaparecidas, sendo 11 funcionários da mineradora Samarco e 10 informados por parentes. Estão hospedadas nos hotéis de Mariana 631 pessoas de 183 famílias.

BOLSA FAMÍLIA

Corte excluiria 905 mil gaúchos

CAIO CIGANA

Caso avance a proposta de cortar R\$ 10 bilhões do Bolsa Família no próximo ano, 905,1 mil gaúchos poderiam ser excluídos do programa. A projeção é do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), elaborada como forma de combater a ideia defendida pelo relator do orçamento de 2016, deputado federal Ricardo Barros (PP-PR), como opção para o reequilíbrio fiscal. Em todo o Brasil, 23,2 milhões perderiam o benefício, indica a simulação do MDS.

A pasta estima que o número de 905,1 mil pessoas, equivalente a 63,7% do total de beneficiários no Estado, signifique 260,1 mil famílias impactadas. Desse contingente, para 74,7 mil famílias, os reflexos seriam mais graves. A saída do programa significaria a entrada na pobreza extrema, sustenta o ministério.

A cientista política Ana Júlio Possamai, da Fundação de Economia e Estatística (FEE), vê desdobramentos diretos e indiretos caso a proposta seja colocada em prática. A perda da renda teria reflexo econômico negativo nos pequenos estabelecimentos

de comércio e serviços das comunidades onde há um grande número de beneficiários. Além disso, haveria risco de retrocesso na atenção à saúde e aumento da evasão escolar. Para ganhar o Bolsa Família, os responsáveis precisam garantir a frequência escolar das crianças e visitas a unidades de saúde para acompanhamento nutricional e vacinação.

Autora de um trabalho para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sobre o funcionamento do programa, a socióloga Aline Hellmann, pesquisadora do centro de estudos sobre governos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), também contesta a iniciativa.

– Impactaria no desenvolvimento humano das próximas gerações. O programa foi apontado pelas Nações Unidas como um dos principais fatores para a retirada do Brasil do mapa da fome mundial. Vários países querem adotá-lo, mesmo que parcialmente – diz Aline.

Segundo o MDS, apenas no Rio Grande do Sul, entre o grupo que poderia ser jogado na pobreza extrema, há 82,4 mil crianças e adolescentes de sete a 17 anos, em idade escolar.

O TAMANHO DO IMPACTO

Excluídos do programa no RS

■ 905.145 pessoas, o equivalente a 63,7%, em 260.197 famílias afetadas

Devolvidos à extrema pobreza no RS

■ 246.984 pessoas, integrantes de um total de 75.152 famílias

LUTO NO JORNALISMO

Morre Sandra Moreyra

Morreu ontem, no Rio de Janeiro, a jornalista da TV Globo Sandra Moreyra, aos 61 anos. Ela lutava contra um câncer no mediastino, região próxima ao esôfago, o terceiro câncer nos últimos sete anos, segundo o jornal O Globo.



Sandra

Com 40 anos de carreira, Sandra participou de coberturas jornalísticas de momentos importantes do país como a morte de Tancredo Neves (1985), a tragédia do iate Bateau Mouche (1988), a chaci-

na de Vigário Geral (1993), o lançamento do Plano Real (1994) e a ocupação do Complexo do Alemão (2010).

Em outubro, ela anunciou no Twitter que estava novamente com câncer.

– Estou sendo posta à prova. Mais um tratamento para fazer. Eu amo a vida. E vou em frente.

Sandra era casada, tinha dois filhos, Cecília e Ricardo, e um neto, Francisco. Ela era irmã da jornalista e diretora da GloboNews Eugenia Moreyra.